

A FAVELA COMO EXPRESSÃO DOS CONFLITOS NO ESPAÇO URBANO DO RIO DE JANEIRO

NASCIMENTO, Marta¹

Desde os primórdios do capitalismo comercial podemos apontar a existência de uma crise urbana, uma crise na produção do espaço urbano. Esta crise ocorre em escala mundial, fazendo surgir – ou mesmo exhibir o que estava oculto - novos aspectos da realidade urbana, a qual, atualmente, exprime os conflitos e contradições que permeiam a sociedade, principalmente o conflito entre as classes, a luta dos diferentes atores sociais pela apropriação e produção do espaço.

Os conflitos que queremos salientar aqui são as disputas territoriais, baseadas na apropriação e na dominação, visto que a produção do espaço é um elemento fundamental à reprodução do capital e da sociedade como um todo, reprodução esta que se realiza no cotidiano. A segregação, a constituição de espaços periféricos e pobres permite a reprodução das relações de produção e das relações de classes (exploração), conforme nos aponta Lefebvre (1994). A atual tendência de internacionalização do capital e a evolução técnica do capitalismo têm contribuído para gerar uma grande massa de pobres urbanos, principalmente nos países periféricos. Os impactos desta nova dinâmica do capital vão gerar um processo de favelização bastante acentuado, principalmente em cidades onde a questão habitacional não é levada em consideração. Apontar este impacto e os conflitos que ele traz torna-se cada vez mais necessário para o entendimento da cidade.

A Geografia deve participar da discussão que envolve a análise da realidade urbana, e acreditamos que a busca do entendimento das disputas territoriais e dos conflitos que envolvem a apropriação no espaço urbano de uma grande cidade, no caso a cidade do Rio de Janeiro, pode contribuir para novas discussões sobre a dinâmica urbana.

Partindo das idéias de Henri Lefebvre, David Harvey, dentre outros, e baseados no materialismo histórico dialético, temos como objetivo analisar a cidade do Rio de Janeiro a partir dos conflitos que se expressam no seu espaço urbano. Buscamos apontar que a presença de favelas no Rio de Janeiro, especificamente nos bairros da Zona Sul da cidade, se configura atualmente como a expressão de conflitos e contradições no espaço urbano. Entendemos o urbano como expressão da realidade, e a partir das formas concretas do real, buscamos compreender os aspectos e elementos contraditórios da realidade urbana.

A cidade do Rio de Janeiro é marcada pelo grande número de favelas existente em seu território. Desde muito tempo, as classes sociais de menor poder econômico procuraram ocupar áreas não utilizadas ou desprezadas pelo capital imobiliário, primeiramente ocupando áreas de encostas próximas às áreas centrais, depois se dispersando para as áreas periféricas da cidade. A Zona Sul da cidade do Rio de Janeiro, a área escolhida como objeto de estudo, é formada por bairros tradicionalmente voltados para as classes mais abastadas, e se diferencia bastante do restante da cidade pela qualidade da infra-estrutura que oferece (econômica, política, cultural e de serviços), e pelo cotidiano que essa estrutura possibilita.

A questão que se coloca aqui é: Até que ponto a reprodução deste espaço pelos atores sociais interessados contribui para manter a lógica segregadora da cidade? Até que ponto esta população que habita as favelas da zona sul participa do cotidiano dos bairros, do direito à cidade?

Para responder estes questionamentos e atingir o objetivo aqui proposto de apontar as favelas da Zona Sul como expressão dos conflitos entre as classes no espaço urbano, pretendemos discutir a questão do direito à cidade, entendendo aqui este direito como o direito a vida urbana e tudo que este cotidiano possibilita, acessibilidade, infra-estrutura, lazer, etc. O direito à cidade também envolve o direito à apropriação do espaço de moradia, apropriação no sentido de produzir seu próprio espaço, de construção do espaço de acordo com as necessidades dos atores sociais ali presentes

(LEFEBVRE, 1991, p. 104). Acreditamos estar na falta do direito à cidade, imposta aos moradores de favelas, a disputa territorial que envolve a apropriação do espaço na Zona Sul do Rio de Janeiro.

O desenvolvimento da sociedade como um todo só pode ser concebido pela realização da sociedade urbana. Acreditamos que a cidade deveria reunir os interesses de todos aqueles que a habitam, e não apenas refletir conflitos e contradições entre os atores sociais. Esperamos que a análise desses conflitos possa servir para a tentativa da criação de um espaço urbano mais justo, que garanta a todos o direito à cidade.

O Método

A questão de uma definição metodológica para uma teoria geográfica do urbano se coloca a tempos. Muitos termos e conceitos utilizados pela geografia vêm de outras áreas do conhecimento, principalmente da sociologia urbana. Mesmo assim, a geografia urbana, avançou bastante nas últimas décadas, principalmente com a introdução do método dialético.

A importância deste método para a geografia consiste na prática de não isolar o objeto considerado, no caso os fenômenos do urbano, investigando as suas ligações, as suas relações constantes com outros fenômenos. (LEFEBVRE, 1974, p. 27)

Karl Marx nos fornece a mais importante contribuição deste método, sendo o primeiro efetivamente a empregá-lo nestes termos. Para Lefebvre (1974, p.26), o método dialético busca analisar uma realidade objetiva, concreta, buscando entender as contradições que estão presentes nesta realidade. Este autor afirma ainda que “após ter distinguido os aspectos ou elementos contraditórios, sem negligenciar as suas ligações, sem esquecer que se trata de uma realidade, Marx reencontra-a na sua unidade, isto é, no conjunto de seu movimento”.

A dialética dá ênfase a pesquisa (investigação), seguida da explanação. Portanto, fica clara a necessidade de análises empíricas para se chegar a as contradições e aos conflitos que sustentam a realidade social, econômica e política atual. É necessário ainda ter em mente a importância de se chegar ao movimento da sociedade, das relações que sustentam a sociedade urbana capitalista, conforme nos aponta Lefebvre (1987, p. 238):

O método dialético busca captar a ligação, a unidade, o movimento que engendra os contraditórios, que os opõe, que faz com que se choquem, que os quebra ou os supera. Assim, no mundo moderno, o exame e a análise mostram que as condições econômicas – a própria estrutura das forças produtivas industriais – criam as contradições entre os grupos concorrentes, classes antagonistas, nações imperialistas. Portanto, convém estudar esse movimento, essa estrutura, suas exigências, com o objetivo de tentar resolver estas contradições.

Baseados nestas afirmações, propomos uma visão da cidade como símbolo da lógica atual, de contradições que se mostram na organização espacial das cidades. Na maioria das cidades, as contradições e os conflitos são evidentes, e ficam ainda mais claros quando analisamos as formas espaciais e a organização do espaço urbano, onde se observa a segregação de grupos sociais, a presença de favelas, a distribuição irregular de equipamentos de infra-estrutura urbana, de serviços e lazer.

Além das contradições que se evidenciam nas formas e na organização espacial, é importante considerarmos o papel da questão simbólica presente nas formas, o caráter subjetivo do espaço urbano, que também influencia na própria formação da sociedade urbana, já que a forma está imbricada de simbolismo. Para discutir esta visão da cidade como símbolo de uma lógica atual, que expressa toda a contradição presente na sociedade, é importante também entender o papel do espaço na reprodução da sociedade.

A cidade e o urbano

Nestas considerações torna-se importante enfatizar o papel ativo do espaço na reprodução da sociedade. As formas materiais influenciam a práxis, e o controle das formas é fundamental para a prática do poder e para a apropriação e domínio do espaço. O espaço, sua materialidade e as significações que se constroem dessa materialidade são a expressão da sociedade, mas também determinam a reprodução da sociedade.

Para Lefebvre (2008, p.26) o espaço é um produto social, que assume uma realidade própria, de acordo com o modo de produção e a sociedade presente. O espaço como produto serve como uma ferramenta para a ação e para o pensamento, funcionando como um meio de produção, de controle e de dominação. Para o autor, o espaço é, ao mesmo tempo, produto e produtor da sociedade, o espaço sendo “um modo e um instrumento, um meio e uma mediação. (...) O espaço é um instrumento político intencionalmente manipulado, mesmo se a intenção se dissimula sob as aparências coerentes da figura espacial”.

Nesta mesma direção, Soja (1983, p.38) propõe uma concepção materialista da espacialidade, utilizando-se do método dialético, vendo a espacialidade como uma força ativa na produção e reprodução das relações sociais, sendo a espacialidade para ele a forma material das relações sociais de produção, a expressão territorial concreta da divisão do trabalho. Afirma que

O espaço social e político tornou-se cada vez mais reconhecido como uma força material (e não material, isto é, ideológico) influente, ordenando e reordenando as próprias relações sociais produtivas. Longe de ser um reflexo passivo, incidental, um “espelho”, a espacialidade tornou-se ativa como uma estrutura concreta e repositório de contradições e conflitos, um campo de luta e estratégia política. As relações sociais e espaciais, a divisão social e espacial do trabalho, a práxis social e espacial estão deste modo interativamente engajadas e concatenadas, ao invés de reduzidas a simples gênese-reflexo, causa inicial e efeito subsequente.

Gostaríamos de esmiuçar aqui esta idéia do espaço como produto e produtor. Lefebvre (2008, p.82) e Santos (2008, p.) nos apontam que o espaço é um produto social, construído coletivamente por atores sociais que possuem intencionalidades. Se o espaço é a expressão da sociedade que o produz, os espaços produzidos pela sociedade capitalista moderna vão refletir toda a desigualdade existente nela, todos os conflitos e contradições, reflexos das relações de produção e da luta de classes. Aí entra a nossa discussão sobre a cidade e o urbano como expressão da sociedade. Nas cidades atuais a apropriação e a dominação do espaço se dão de forma completamente desigual, com as relações de produção e a luta de classes se estendendo a luta pelo espaço, pela sua apropriação. Portanto, concordamos com Lefebvre (1991, p. 53) quando este afirma que “a cidade e o urbano não podem ser compreendidos sem as instituições oriundas das relações de classe e de propriedade”.

Para a compreensão do que estamos nos propondo aqui cabe uma definição do que entendemos por cidade e por urbano. A cidade seria a organização espacial, a forma, um conjunto de elementos ordenados. O urbano estaria mais ligado a um tipo de sociedade, sendo a expressão de idéias, éticas, valores, estética hoje na cidade, a cidade, portanto é datada. O urbano, ou a cultura urbana, se realiza como práxis na cidade, através das atividades políticas econômicas e culturais, o urbano reúne todos os elementos da vida social (LEFEBVRE, 2008, p. 84).

Por isso, a cidade e o urbano aqui nos interessam, a cidade, enquanto forma, enquanto construção, cria representações que se expressam na sociedade urbana. As formas nos servirão para que possamos, através de sua análise, entender a sociedade urbana atual, conforme já enfatizamos aqui: a importância da análise empírica, da descrição, para que se chegue ao conteúdo, ao que está subjetivo, simbolizado por determinados tipos de formas.

Segundo Lefebvre (1991, p. 59) a análise dos fenômenos urbanos exige a utilização de instrumentos metodológicos, chamando a atenção para a *forma*, a *função* e a *estrutura*. Estes três termos são essenciais para a análise da cidade e do urbano. A forma, os aspectos visíveis, deve ser levada em conta, mas nunca separada de seu conteúdo, pois “não há forma sem conteúdo, não há conteúdo sem forma. Aquilo que se oferece a análise é sempre uma unidade entre a forma e o conteúdo”. Santos (2008) apresenta como ferramenta metodológica as Formas-conteúdo, enfatizando a importância de ir além das formas de se chegar a intenção da forma, ao subjetivo. As funções dizem respeito às funções internas à cidade, as funções da cidade em relação ao território e a função da cidade no conjunto social. Quanto a estrutura, devemos levar em consideração a estrutura da cidade, a estrutura urbana da cidade e ainda a estrutura social das relações cidade-campo.

Consideramos aqui a importância da análise empírica para revelar o conteúdo da forma. Determinados processos que ocorrem no urbano podem servir para revelar o urbano, como exemplo a segregação, a formação dos espaços periféricos e pobres, tão comuns nas grandes cidades hoje. Estes fenômenos permitem uma leitura do urbano, um urbano marcado pela reprodução das relações sociais de produção e pela luta de classes sociais na apropriação do espaço.

Esta reprodução das relações sociais e da luta de classe se dá na apropriação do espaço e no cotidiano, sendo internalizada: no lazer, cultura, na escola e na universidade, ou seja, no espaço inteiro (LEFEBVRE, 2008, p. 47). A reprodução da sociedade se materializa no espaço, a cidade, portanto, é pensada, desejada e construída.

O Estado tem um papel fundamental na produção deste espaço desigual ao impor determinadas organizações espaciais. Para Lefebvre, o Estado utiliza o espaço como um instrumento político, buscando assegurar o controle sobre os lugares. A organização espacial, portanto, representa a hierarquia de poder existente na sociedade. Nesta direção também aponta Harvey (1996, p. 212), quando afirma que a organização espacial serve para constituir uma ordem social e uma hierarquia, através do assentamento de pessoas e atividades em espaços e tempos distintos.

Lefebvre e Harvey vão nos apresentar a categoria de espaço social. Harvey vai discutir a construção social do espaço-tempo (sempre vistos de forma conjunta), dando ênfase que esta construção deve passar pela dimensão simbólica da sociedade, pelas representações, e que existe sempre uma tensão e uma intenção na produção do espaço, e que existem perspectivas de classe que divergem quanto aos seus interesses (HARVEY, 1996, p. 222).

Já o espaço social de Lefebvre refere-se ao espaço de valores de uso produzidos pela complexa interação de todas as classes na vivência diária, que se confronta com o espaço abstrato, que corresponde a exteriorização de práticas econômicas e políticas que se originam com a classe capitalista e com o Estado (GOTTDIENER, 1997, p. 131). O espaço social perdeu espaço na sociedade moderna, onde houve predomínio do espaço abstrato, que se apresenta como homogêneo, fragmentado e hierárquico, principalmente nas grandes cidades, onde surgem áreas segregadas, que marcam a hegemonia do capitalismo. A essência do espaço social é justamente a vida cotidiana que transcorre no urbano, que perpetua o espaço abstrato através de representações.

O espaço urbano, portanto, é a marca da sociedade que o produz e é produzida por ele, sendo constantemente produzido e transformado. A produção do espaço capitalista gera conflitos e contradições conforme nos aponta Carlos (2006, p. 286) quando diz que “o conflito é produto da contradição entre o espaço vivido como valor de uso e o espaço que se reproduz, tendencialmente, como valor de troca; um conflito que se desenvolvem na vida cotidiana e se manifesta como problema espacial. (...) Esse conflito é prático (social)”.

Se a cidade e o urbano têm a capacidade de influenciar na organização da sociedade no espaço urbano, é necessário que se discuta o acesso aos diferentes equipamentos urbanos, ao lazer, a reunião, a informação pelos diferentes atores sociais, e como este acesso se dá de forma desigual. A cidade reproduz, portanto, toda a desigualdade existente na sociedade capitalista, e o direito a cidade fica assim comprometido.

O que entendemos aqui como direito a cidade, como direito a vida urbana, direito aos equipamentos urbanos, ao controle do território, direito a atividade criadora, simbolismo, às atividades lúdicas. O direito a cidade deve passar pela participação na formação do território e pela real apropriação do grupo social sobre o território que ele ocupa. O direito à cidade “deveria modificar, tornar mais concretos e práticos os direitos do cidadão, tornado cidadão, usuário de múltiplos serviços” (LEFEBVRE, 1991, p. 8).

O que queremos enfatizar nesta discussão é o quanto é importante o domínio e a apropriação do território pelos usuários deste espaço. Já demonstramos aqui o quanto é importante esta apropriação para a utilização do espaço como um instrumento. Lefebvre (1991, p. 104) chama a atenção para a necessidade criadora, de obra, de concepção do espaço de moradia, de convívio e de reunião. Se o espaço é concebido pelas mesmas pessoas que vão estar presentes neste espaço, o controle é mais efetivo, conforme nos aponta Ferreira (2007, p. 203), “se as práticas espaciais forem concebidas pelos moradores do lugar, são postos abaixo os fetiches, pois o espaço carrega em si a dominação por meio das formas”.

A questão do direito à cidade passa, portanto, pela luta dos diferentes grupos sociais pelo domínio e apropriação do espaço urbano nas grandes cidades capitalistas. Desta luta surgem espaços segregados e locais onde surgem pequenas formas de resistência. A luta das classes por melhores condições também envolve naturalmente a localização espacial e a utilização dos equipamentos urbanos.

O espaço urbano capitalista hoje é marcado por estas características: uma aparente ausência de ordem, mas uma tendência à homogeneidade e ao mesmo tempo a diversidade (hierarquia) dos lugares, ou a homogeneidade do todo e a diversidade das partes, que se contrapõem na cidade e evidenciam uma relação dialética. O urbano é local de conflito entre classes sociais que disputam a apropriação do espaço, *locus* das relações sócias de produção, que geram grande desigualdade na organização do espaço.

O exemplo do Rio de Janeiro

A produção do espaço urbano na cidade do Rio de Janeiro sempre esteve marcada pelo conflito entre o espaço social e o espaço abstrato, ou seja, entre interesses baseados em valores sociais de uso e dos valores de trocas marcados pela especulação imobiliária e pela ação do Estado. Segundo Correa (1993, p. 12), os agentes responsáveis pela produção do espaço urbano são os proprietários dos meios de produção, os proprietários fundiários, os promotores imobiliários, o Estado e os grupos sociais excluídos. Estes atores possuem estratégias próprias, que geram conflitos entre eles, e estratégias comuns que os unem, como a apropriação da renda da terra. Ao atuar sobre o espaço urbano, a reprodução das relações de produção e a continuidade da acumulação de capital está garantida. A apropriação da terra, então, torna-se objeto de conflito na cidade.

Para entender o processo de produção do espaço urbano na cidade do Rio de Janeiro e como este processo contribuiu para a atual organização do espaço caracterizada pela intensa fragmentação social, é necessário voltar ao processo de formação da cidade, principalmente ao início de sua transformação em espaço adequado às exigências do modo de produção capitalista. Este período, correspondente a segunda metade do século XIX, nos interessa aqui devido ao seu papel transformador da cidade, de sua antiga forma colonial-escravista para uma cidade adequada aos interesses do capital e do Estado Republicano.

Segundo Abreu (1988, p. 35), é somente a partir da segunda metade do século XIX e início do século XX, que a cidade passa por um processo de transformação em sua forma urbana, apresentando pela primeira vez uma estrutura de classes espacial marcada pela estratificação em termos de classes sociais. A abolição da escravatura, o surgimento da indústria e o incremento do comércio e serviços na área central da cidade, fazem com que se solidifiquem as classes sociais e se

inicie uma luta pelo espaço, gerando conflitos que vão se refletir claramente no espaço urbano da cidade.

O principal conflito vai surgir com a presença dos pobres na área central da cidade. Segundo Abreu (op. cit., p. 42)

Sede agora de modernidades urbanísticas, o centro, contraditoriamente, mantinha também sua condição de local de residência das populações mais miseráveis da cidade. Estas, sem nenhum poder de mobilidade, dependiam de uma localização central, ou periférica ao centro, para sobreviver. (...) A solução era então o cortiço, habitação coletiva e insalubre e palco de atuação preferencial das epidemias de febre amarela.

Os cortiços, grandes casarões onde morava grande número de famílias, abrigavam cerca de 50% da população carioca no período entre 1850-70 (CAMPOS, 2004, p.53). No ano de 1866, proibi-se a construção de novos cortiços e se instala a “ideologia da Higiene”, dando início ao processo de destruição dos cortiços. A população pobre vai sendo aos poucos expulsa do centro da cidade.

Esta população, conforme ressalta Abreu, não podendo se afastar do centro da cidade, maior concentração de ofertas de trabalho, vai buscar outras formas de se manter no centro, surgindo então as primeiras favelas. Segundo Abreu e Vaz (1991, p. 2)

O aparecimento da favela está intimamente ligado a todo um conjunto de transformações desencadeadas pela transição da economia brasileira de uma fase tipicamente mercantil-exportadora para uma fase capitalista-industrial. (...) Trata-se do momento em que a economia cafeeira fluminense entra em crise (...) reorientando toda uma estrutura já consolidada de comportamento do capital mercantil; do momento em a cidade passa a ter um crescimento demográfico extremamente rápido (fruto de migrações internas e estrangeiras) que agravava sobremaneira a questão habitacional.

A tese mais difundida a respeito do processo de formação das favelas é a de que a primeira favela surge com a chegada dos soldados que combateram em Canudos ocuparam as encostas do morro da providência e de Santo Antônio a partir de 1897, ainda na área central, revelando-se a primeira contradição. Inicia-se assim, segundo Abreu (1988, p 36) uma separação dos usos e das classes na cidade. A implantação dos trens e dos bondes vai ajudar a orientar esta separação, sob o “comando” do Estado e dos proprietários dos meios de produção, permitindo a efetiva expansão da cidade e o espraiamento da população. Segundo Abreu (op. cit., p. 43), o período entre 1870 e 1902 representa a primeira fase de expansão acelerada da malha urbana carioca.

Os trens vão ser fundamentais para a ocupação das áreas suburbanas da cidade, enquanto os bondes, sendo implantados por empresas privadas, em geral internacionais, vão orientar a ocupação da Zona Sul da cidade. Neste período já estava se delineando a ocupação da Zona Sul pelas classes sociais mais abastadas da época, onde antes se tinham pequenas chácaras de fim de semana, começam a surgir alguns dos mais importantes bairros da cidade.

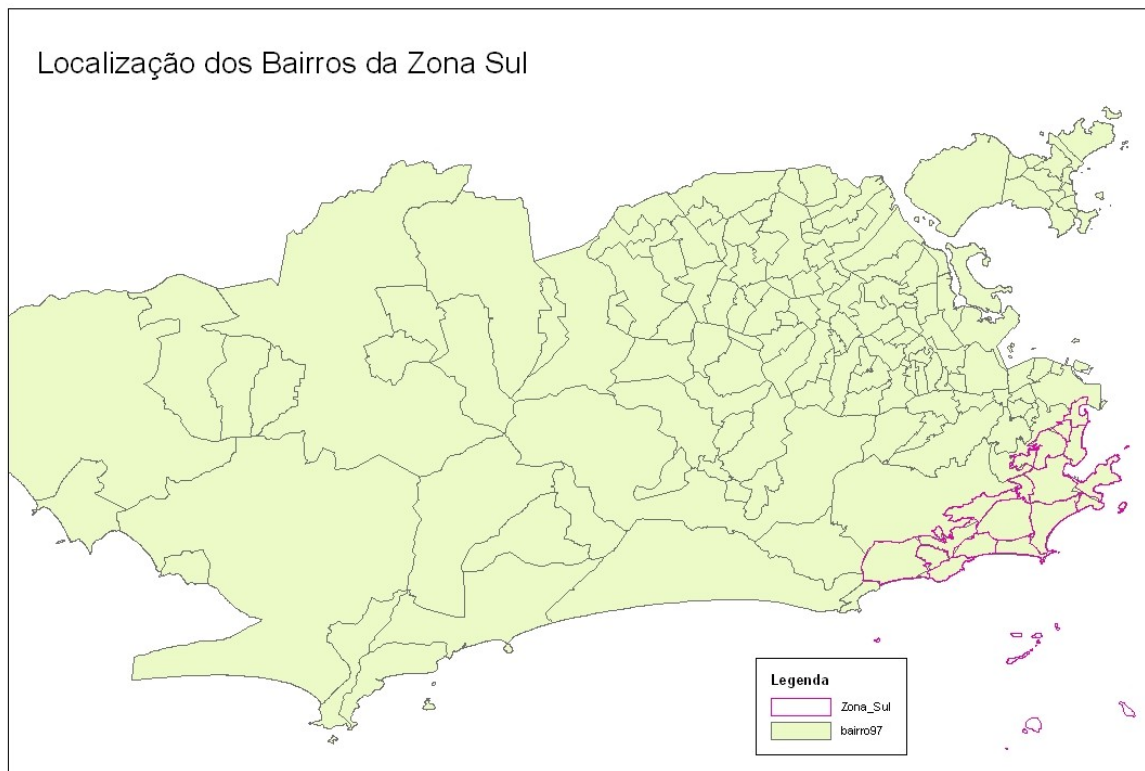
A reforma Passos foi fundamental para determinar a expulsão dos pobres do centro da cidade. Ao abrir grandes espaços, alargar ruas e destruir todos os cortiços que ainda restavam, a administração Passos

Viabilizou então o desenvolvimento de sua própria negação, ou seja, a proliferação de um habitat que já vinha timidamente se desenvolvendo na cidade e que, por sua informalidade e falta de controle, simbolizava tudo o que se pretendeu erradicar da cidade. Este habitat foi a favela (ABREU e VAZ, 1991, p. 3).

A presença da favela na área central da cidade se configura como uma importante contradição no espaço urbano. Já neste período, as classes sociais mais abastadas começaram a ir em direção a Zona Sul da cidade já no final do século XIX, quando se difunde a idéia da praia como amenidade, como local de práticas esportivas e saudáveis e chama atenção também a possibilidade de um maior contato com a natureza. Bairros mais próximos ao centro, como Glória e Catete, sempre receberam esta população mais abastada, sendo seguidos por Botafogo já na metade do século. É importante lembrar também que este movimento das classes mais altas da sociedade carioca para a chamada Zona Sul foi acompanhado de perto pelo Estado e pelos agentes imobiliários, que ao mesmo tempo em que produziam o espaço voltado para as classes altas, criavam assim condições para a chegada de trabalhadores pobres aos locais reservados às classes altas.

O Estado sempre esteve presente no processo de urbanização da Zona Sul, dotando da infraestrutura necessária para a ocupação das classes altas. É importante aqui ressaltar que estas áreas não eram totalmente desabitadas antes da ocupação pelos promotores imobiliários. Além de algumas residências de classes altas, havia no local pequenas populações de pescadores (Copacabana) e residências pobres (Lagoa). Ao longo da ocupação da área pelos agentes imobiliários e o Estado, estas populações vão ser expulsas.

A expansão para o restante da Zona Sul vai ocorrer na segunda década do século XX. A partir da década de 1920, inicia-se a ocupação de Copacabana, sendo impulsionada pela construção do Hotel Copacabana Palace, pela existência do chamado Túnel Velho, ligando Botafogo a Copacabana, e pela instalação de uma linha de bonde integrando todo o bairro (a linha data do final do século XIX). Neste período, inicia-se também a construção de um loteamento voltado para as classes altas da sociedade para a ocupação de Ipanema e Leblon. Também neste período, a chegada do Bonde até a freguesia da Gávea vai permitir sua efetiva ocupação



0 3 6 12 Kilometers

O desenvolvimento da área central e da Zona Sul, além da expansão industrial ocorrida no início do século XX, vão atrair grande número de migrantes e população pobre para a cidade, que teve grande incremento populacional neste período. O Estado, voltado para atender aos interesses do capital industrial e imobiliário, não desenvolveu políticas habitacionais que dessem conta desse grande quantitativo populacional pobre que a cidade recebeu. O crescimento da cidade, então capital da república, veio acompanhado de uma grande contradição: a falta de moradias para os pobres. Inicia-se aí a crise habitacional e o processo de favelização em toda a cidade do Rio de Janeiro, que vai culminar em grandes problemas e conflitos sociais na atualidade.

A partir dos anos de 1930 as favelas ganham maior visibilidade na cidade. O Plano agache foi o primeiro documento oficial a citar a presença de favelas no Rio de Janeiro, quando esta presença já começava a incomodar. No censo de 1948, já se registrava uma população de 138.837 habitantes morando em 105 favelas, o que representava 7% da população da cidade. As favelas estavam distribuídas por toda a cidade, sendo os pontos de maior concentração a Zona Norte (29,5%) servida pelo trem, a área central (22,7%) e a Zona Sul (20,9%) (VALLADARES, 1978, p. 22). A Zona Sul vai ter grande participação no contingente de favelas devido ao grande crescimento que se inicia na década de 1940 e vai até os anos 70, quando a zona sul passa por intenso processo de valorização e verticalização. É este mesmo processo q vai gerar as intensas contradições que vão surgir com força no período citado

A força do ramo de construção civil e posteriormente da necessidade de mão-de-obra em serviços para atender a população de classe alta vai atrair grande parte dos trabalhadores pobres que chegavam a cidade, que vão ocupar, em geral, as áreas não valorizadas pelos agentes imobiliários. Estes agentes produtores do espaço, juntamente com o Estado e os proprietários dos meios de produção, vão “determinar” onde esta população pobre pode se instalar na Zona sul, em locais onde ela possa servir como mão-de-obra barata sem atrapalhar a acumulação de capital. Com isso, surgem importantes favelas na Zona Sul da cidade, como a da Rocinha em São Conrado e o Pavão-Pavãozinho em Copacabana, formadas por trabalhadores originalmente oriundos da construção civil, posteriormente sendo ocupados pela grande demanda de serviços que a área exige.

Portanto, as favelas na Zona sul tinham uma razão de existir: servir como reserva de mão-de-obra barata para atender as demandas de indústrias e serviços na área. No período citado, os transportes eram precários e caros, atendendo, portanto somente a população abastada dos bairros, e deixando clara a necessidade dos trabalhadores pobres de residirem próximos ao seu local de trabalho.

O grande conflito que pretendemos apontar agora é que a presença de favelas na Zona Sul simbolizava uma contradição criada pelo desenvolvimento econômico da cidade e que por isso sempre foi alvo de controle pelo Estado, pelos proprietários fundiários e promotores imobiliários que atuavam na área. Segundo Valladares (op. cit., p. 22) “Tão logo começaram a se impor no espaço urbano, as favelas passaram a ser motivo de preocupação e objeto de inúmeros projetos”. A idéia de repressão as favelas sempre esteve presente no cenário político do país, principalmente durante o governo Getúlio Vargas, visto que a favela era vista como lócus de trabalhadores pobres. A favela é vista como uma doença, uma patologia, uma praga pela imprensa e por intelectuais.

Na Zona Sul, a construção de barracos era proibida, mas desde 1907 já existiam barracos em Copacabana, e em 1916 barracos se proliferavam por Botafogo e Leme. A construção de barracos era acompanhada pela repressão, que tentava impedir à força a ocupação das encostas e áreas alagadiças ainda não utilizadas pelo capital imobiliário (ABREU e VAZ, 1991, p. 5; VALLADARES, op. cit., p. 22). Durante o período que vai de 1940 a 1960, ocorreram diversas intervenções no espaço urbano da Zona Sul para tentar impedir o avanço das favelas, mas até então estas intervenções eram pontuais.

Iniciam-se então as remoções de favelas na Zona Sul, com a desculpa de higienizar e tirar as pessoas de áreas de risco. O primeiro grande projeto de intervenção ocorreu em 1943, quando a

prefeitura da cidade do Rio de Janeiro destrói quatro favelas e remove suas populações para Parque Proletários da Gávea, do caju e da Praia do Pinto, vindo depois estes parques a serem considerados favelas e serem removidos novamente. Em 1955, é construída a Cruzada São Sebastião, um conjunto habitacional no Leblon, que recebe os moradores removidos da Praia do Pinto, uma favela removida na Lagoa.

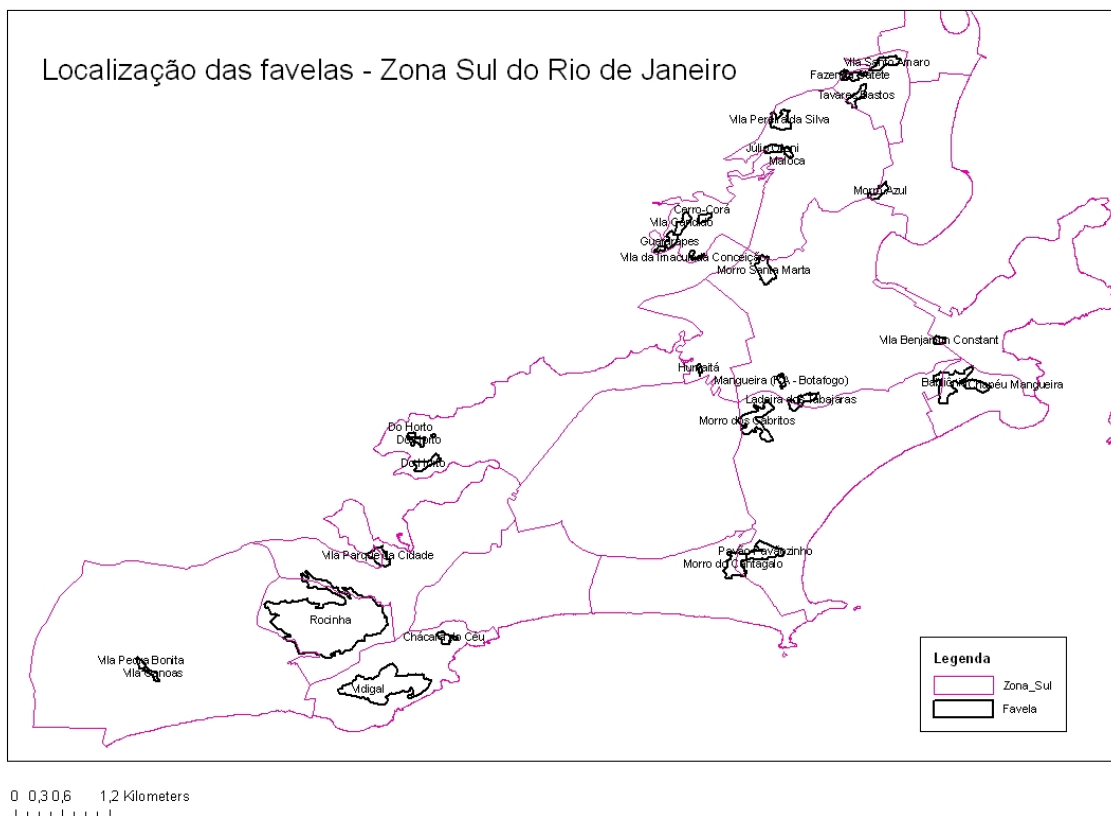
Durante o período que vai de 1945 a 1965, surgem novos conflitos em relação as áreas valorizadas da cidade e a presença de população pobre nestas áreas. As favelas, apesar de incomodas, serviram como instrumento político, como campo de atuação de políticos que ofereciam barganhas para os favelados em troca de votos, que nesta época representavam quase 10% da população carioca. Conforme nos aponta Valladares (op. cit., p. 26) “As favelas constituíram um campo fértil para a demagogia política (...) os políticos tornaram-se verdadeiros intermediários entre a população local e o “mundo de fora”, de onde provinham os recursos e os serviços”. Os políticos deste período, portanto, tornaram-se defensores das favelas, garantindo neste período a permanência destas nas áreas mais valorizadas da cidade. Novamente, apontamos aqui o conflito entre os interesses do estado e do capital, principais agentes da produção do espaço urbano, e os interesses dos trabalhadores pobres urbanos, que sem grandes escolhas, estavam a disposição dos interesses dos primeiros. Mesmo assim algumas favelas foram removidas para conjuntos habitacionais distantes, localizados no subúrbio, como o morro do Pasmado em Botafogo, removido em 1964, sendo seus moradores levados para Vila Kennedy, localizada no bairro de Senador Camará, na Zona Oeste da cidade.

A implantação da ditadura militar no Brasil representou grandes impactos na organização social e espacial da cidade, além do esvaziamento do poder político citado acima. A cidade esteve marcada pela implantação de grandes indústrias e grandes obras de infra-estrutura, além da fusão do estado da Guanabara e do Rio de Janeiro. O período da ditadura militar foi de intensa repressão as favelas e a população pobre na cidade, sendo um período de muitas remoções de favelas, principalmente na Zona Sul.

Uma primeira contradição pode ser aí encontrada: em 1968, surgem projetos do governo federal que visam realmente a extinção das favelas em áreas valorizadas, e eliminam as principais formas de resistência, como as associações de moradores, além da criação de construção de casas populares (VALLADARES, op. cit., p. 29). Não é nosso objetivo aqui discutir estes projetos, e sim tentar analisar as contradições na produção do espaço urbano que eles evidenciam. A partir de 1970, varias favelas foram removidas da Zona Sul da cidade do Rio de Janeiro, que a esta altura já estava consolidada como área de intensa especulação imobiliária e valorização. A permanência das favelas tornou-se mais incomoda, e utilizou-se o discurso higienista e de áreas de risco para a retirada das populações pobres da Zona Sul. Fica clara aqui a intenção de se embelezar e valorizar ainda mais esta área da cidade, visto que o programa de remoção se concentrou basicamente na Zona sul. Assim, favelas como Largo da Memória, no bairro do Leblon, Praia do Pinto, Catacumba, Piraquê e Ilha das Dragas, no bairro da Lagoa, e o Morro do Pasmado no Bairro de Botafogo, foram removidas retirando milhares de pessoas destes bairros e levando para áreas distantes na periferia. Vale ressaltar que na Lagoa, um dos bairros mais valorizados da cidade, não restou nenhuma favela.

Estas remoções não significaram que a população removida não voltou para o local de origem. Estudos mostram que na maioria das vezes as populações retornaram e ocuparam outras favelas da Zona Sul, como a Rocinha, Vidigal, Cantagalo, que sofreram incremento populacional nas últimas décadas. Para tentar entender este “retorno” recorremos a Lago (2000, p. 40), quando a autora afirma que “a favela seria uma estratégia de inserção dos pobres no mercado de trabalho”. As favelas da Zona Sul surgiram com esta função e seriam até então uma reserva de mão-de-obra desqualificada nas proximidades dos locais onde mais se utiliza mão-de-obra em serviços. Esta contradição, segundo Davis (2006, p. 39) se torna clara quando os pobres precisam otimizar o custo habitacional com a distância do trabalho. O que vai importar, portanto, é a proximidade do local de trabalho, mais que a qualidade da moradia, visto o alto custo dos transportes coletivos na cidade e do tempo perdido nas viagens.

O programa de remoção de favelas, já extinto, contribuiu com os promotores imobiliários para “livrar” algumas áreas da cidade mas não para diminuir a população favelada na Zona Sul. As décadas de 70 e 80 conheceram os maiores incrementos de população favelada na cidade, além do aumento do número de favelas. O período juntou um momento de crise econômica no mundo e de ausência de políticas públicas voltadas para atender as necessidades das populações pobres. O mapa abaixo mostra a localização das favelas existentes na Zona Sul:



A partir da década de 80, mesmo com o fim da ditadura militar, a forma de se lidar com a favela nas cidades pouco se alterou. O momento mundial era de recuperação de crises, e os países do terceiro mundo encontravam-se endividados e comprometidos com as exigências do FMI (Fundo Monetário Internacional). A tendência geral era de diminuição de gastos públicos, o que vai se refletir na luta pela terra na cidade. Segundo Davis (op. cit., p. 71) O FMI teve papel fundamental na redução dos programas governamentais em diversos países. O autor comenta que “o papel minimalista dos governos nacionais na ofertas de moradias foi reforçada pela atual ortodoxia econômica neoliberal definida pelo FMI e pelo Banco Mundial”, confirmando a tendência de ajustes nos programas de habitação popular.

No Rio de Janeiro, no período correspondente ao final da década de 80 e 90, as favelas vão passar por um incremento populacional impressionante, principalmente nas áreas periféricas. A Zona Sul, apesar das remoções ocorridas até recentemente, também passou por aumento de população morando em favelas. Este crescimento pode ser explicado por mais uma contradição que se revela no espaço. O desenvolvimento econômico ocorrido durante a ditadura militar não alcançou a população mais pobre, fazendo a desigualdade social no país aumentar bastante. O estado, atuando juntamente com os proprietários dos meios de produção e dos proprietários fundiários, não realizou nenhum tipo de investimento em habitação popular, promovendo assim a exclusão social e espacial de uma massa de pobres como nunca se viu na cidade.

Apesar da falta de atuação do estado, podemos citar a importância de um projeto de urbanização das favelas, implantado na década de 90 pela prefeitura em quase todas as favelas da cidade. O projeto baseava-se na instalação de arruamento, calçamento, redes de saneamento, entre outros, visando uma integração mais efetiva da favela à cidade, além de um possível disciplinamento desse segmento da população (CARLOS, 2000, p.123). É importante comentar as possíveis intencionalidades do projeto e as possíveis contradições que ele gerou no espaço urbano. Apesar dos problemas e das possíveis irregularidades do projeto, algumas favelas da Zona Sul passaram por importantes melhorias, sofrendo inclusive valorização fundiária. Muitos moradores venderam suas casas valorizadas e ocuparam outras áreas, causando a expansão das favelas. Apesar dos esforços, as favelas não foram efetivamente integradas à cidade formal. Conforme afirma Carlos (op. cit., p.124)

Num contexto como esse que acena com intencionalidades de ajuste à globalização, a pobreza urbana ganha uma dimensão particular. O desemprego não controlado, a instabilidade do trabalho, a precariedade social e econômica passam a ameaçar a pretendida coesão de uma cidade múltipla e diversificada. Em outras palavras, o considerável aumento da presença da pobreza na cidade traria o risco de romper o pacto social e territorial subjacente às práticas de controle sobre a população pobre que a sociedade urbana estabeleceu.

A discreta presença do estado atuando nas favelas colaborou para a expansão das favelas em toda a cidade, sendo ocupadas por muitos trabalhadores com salários muito baixos e desempregados, que não podiam pagar aluguéis em áreas formais. Vale lembrar também que hoje não é só o baixo salário que aflige o trabalhador urbano. Mas também as incertezas quanto ao emprego, com a flexibilização das forças de produção, quanto à violência, quanto ao abandono do Estado, entre outras coisas. Conforme afirma Demo (1998, p. 10), “a pobreza material é sempre marcante, mas esta condição nova passaria também pela perda do senso de pertença, dando a entender que tais populações experimentaríamos o sentimento de abandono por parte de todos, acompanhado da incapacidade de reagir”. A questão da presença da favela passa da simples exclusão social para as questões simbólicas, plano o plano cultural. A cidade do Rio como um todo enfrenta um processo de estigmatização do favelado, da divisão clara entre a favela e o “asfalto”, tão difundida pela mídia e fortemente arraigada no cotidiano da cidade. O estigma da favela como lócus de violência, da marginalidade é o que marca hoje o cotidiano da cidade, e a questão da insegurança marca ainda mais os conflitos entre a favela e o asfalto (SOUZA, 2008, p.33).

Na Zona Sul, a presença de classes tão antagônicas convivendo juntas em um mesmo território gera intensos conflitos (não formais). As favelas da zona Sul possuem uma dinâmica própria, mas fechadas em si mesmo, muitas vezes devido à população das favelas não participarem do cotidiano de lazer e consumo dos bairros onde está presente. Uma declaração do secretário de segurança José Mariano Beltrame, em outubro de 2007, apesar de muito criticada pela opinião pública, reflete um pouco esta contradição:

“Buscá-los (os traficantes) na Zona Sul, no Dona Marta, no Pavão-Pavãozinho, 'eu (polícia) estou muito próximo da população'. É difícil a polícia ali entrar. Porque um tiro em Copacabana é uma coisa, um tiro na Coréia, no Alemão, é outra. E aí?”, disse. Segundo o secretário, a repercussão das ações na Zona Sul do Rio é maior, já que os prédios de moradores da classe média ficam perto das favelas²

Apesar de polêmica, a declaração do secretário de segurança ilustra o que se pensa sobre as favelas na Zona Sul desde que elas coexistem com bairros de classe média e alta. Se antes a favela era vista como uma praga, uma doença, hoje ela é vista como lócus de insegurança para todos que estão ao seu redor. Se antes a favelas era ocupada predominantemente por trabalhadores pobres, hoje

ela é vista como habitada predominantemente por marginais. Não vamos realizar aqui longas discussões a respeito da violência e da criminalidade no Rio de Janeiro e na Zona Sul, mas a partir do momento que estes assuntos tornam-se predominantes no cotidiano de toda a população, a manutenção das contradições e dos conflitos está realizada.

Na cidade do Rio de Janeiro e na Zona Sul principalmente nos últimos anos se intensificou o número de ações policiais violentas em favelas. A favela da Rocinha, que tem como vizinhos prédios de luxo e alguns dos Impostos Territoriais mais caros da cidade, enfrenta paulatinamente o confronto entre policiais e bandidos. Fica claro, portanto, que a ação escolhida pelo poder público e pelas classes sociais mais abastada foi a intervenção policial violenta, que aparece como solução para a presença da classe “indesejável” nos bairros.

Por tudo que já foi discutido até aqui, entendemos que a favela é um problema estrutural, arraigado em uma sociedade de classes que enfrenta muitos conflitos e contradições entre as classes, conflitos que se materializam no espaço. Vemos aqui a favela como a expressão material deste conflito, da luta pela terra e pela sobrevivência no urbano. Para agravar a questão, o enfrentamento violento, com o estado e a elite urbana representada pela força policial, e a favela representada pelos traficantes de drogas muitas vezes são ignorados pelo poder público e pelos intelectuais responsáveis pelo planejamento urbano e por executar políticas públicas voltadas para os pobres (SOUZA, op. cit., p.168) .

Para tentar concluir

O acentuado processo de favelização que ocorre na cidade do Rio de Janeiro atualmente chama a atenção da população e da mídia. Apesar da divergência dos dados que apresentam o número de favelas e a população favelada, admite-se que em torno de 20% da população carioca viva em favelas (CENSO 2000), distribuída em cerca de 500 favelas por toda a cidade.

È importante salientar aqui o papel de destaque que as favelas têm hoje na cidade. Durante todo o século XX e durante o período das remoções, as favelas eram ignoradas e tratadas como um câncer a ser removido. O discurso atual mudou, mas não o tratamento dado as favelas. Intelectuais passaram a estudar a favela, a identidade favelada, a cultura popular, e até mesmo a violência e o medo das classes sociais mais abastadas em relação às favelas. Mas a postura do Estado e da elite urbana continua a mesma: repressão e negação.

Os conflitos e contradições surgidos desde que a favela surge na cidade do Rio de Janeiro continuam a ocorrer, sendo muitas vezes agravados e surgindo novos conflitos. A luta das classes pela apropriação e dominação do espaço urbano fica clara na presença de favelas em bairros de classe alta, que utilizamos aqui como exemplo os bairros da Zona Sul da cidade do Rio de Janeiro.

O que tentamos evidenciar aqui é o quanto o espaço urbano pode refletir a realidade da sociedade atual, considerando a sociedade capitalista com suas relações de produção desiguais e a realidade de uma grande cidade de um país do terceiro mundo, utilizando como exemplo a cidade do Rio de Janeiro. A geografia pode contribuir para melhor compreender esta realidade que se espacializa de forma tão desigual e socialmente injusta.

Com a análise feita aqui das contradições e conflitos que se expressam no urbano carioca, buscamos compreender a favela como um fenômeno estrutural, como reflexo da manutenção da propriedade privada na sociedade capitalista. Apesar do desenvolvimento econômico proporcionado pelo modo de produção capitalista, a exploração capitalista garantiu também a manutenção da propriedade privada e da acumulação de capital. Enquanto a exploração da propriedade fundiária estiver garantida, o direito a habitação não está garantido para grande maioria da população.

O direito a cidade, entendido como o direito ao usufruto dos equipamentos urbanos, não está garantido, e nenhum projeto habitacional que não tenha a concepção da implantação do direito à cidade para todos, está fadado ao fracasso, como todos os que foram implantados até agora.

Notas

1. Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Geografia do Departamento de Geografia da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC - Rio)

2. Retirado do site [http://g1.globo.com/Noticias/Rio/0,,MUL155610-5606,00 TRAFICANTES+ESTAO+MIGRANDO+PARA+A+ZONA+SUL+DIZ+SECRETARIO.html](http://g1.globo.com/Noticias/Rio/0,,MUL155610-5606,00+TRAFICANTES+ESTAO+MIGRANDO+PARA+A+ZONA+SUL+DIZ+SECRETARIO.html)

Referências Bibliográficas

ABREU, Mauricio. **Evolução Urbana do Rio de Janeiro**. IPLANRIO. Rio de Janeiro: Ed. Jorge Zahar, 1988.

ABREU, Mauricio. VAZ, Lilian. **Sobre as origens da favela**. Anais do IV Encontro Nacional da ANPUR, 1991

CAMPOS, Andreilino. Do Quilombo a favela. A produção do espaço “criminalizado” no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Ed. Bertrand Brasil, 2004

CARLOS, Ana Fani Alessandri. Espaço-Tempo na Metrópole. São Paulo: Ed. Contexto, 2006

CARLOS, Ana Fani Alessandri. Um repensar da favela: tendências e Questões. Rio de Janeiro, Cadernos Metrôpoles, n. 4, 2000.

CORRÊA, Roberto Lobato. **O Espaço Urbano**. São Paulo: Ed. Ática, 1993

DAVIS, Mike. Planeta favela. São Paulo: Ed. Boitempo, 2006

DEMO, Pedro. O charme da exclusão social. Campinas: Ed. Autores Associados, 1998

FERREIRA, Álvaro. **A (re)produção do espaço urbano: confronto e conflitos a partir da construção do espaço social na cidade do Rio de Janeiro**. In: RUA, João (org.). Paisagem, Espaço e Sustentabilidades. Rio de Janeiro: Ed. PUC-rio, 2007

GOTTDIENER, Mark. **A produção social do espaço urbano**. 2ª ed. São Paulo: Edusp, 1997.

HARVEY, David. **Justice, Nature & the Geography of difference**. Oxford: Blackwell, 1996.

GOMES, Paulo César da Costa. **A condição urbana: ensaios de geopolítica da cidade**. Rio de Janeiro: 2002

HARVEY, David. **Spaces of Global Capitalism: Towards a Theory of Uneven Geographical Development**. London:Ed. Verso, 2006.

LAGO, Luciana Correa do. **Desigualdades e Segregação na Metrópole: o Rio de Janeiro em tempo de crise**. Observatório IPPUR/UFRJ – Fase. Rio de Janeiro. Revan, 2000

LEFEBVRE, Henri. **O Marxismo**. São Paulo: Ed. Difusão Européia do Livro, 1974

_____. **Espaço e Política**. Belo horizonte: Ed. UFMG, 2008

_____. **The Production of Space**. Oxford, UK: Ed. Blackwell, 1994.

_____. **O Direito à Cidade**. São Paulo: Ed. Moraes, 1991.

_____. **Lógica formal/Lógica Dialética**. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 1987.

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço**. São Paulo: Edusp, 2008.

SOJA, Edward. **Uma Interpretação Materialista da espacialidade**. IN: Becker, B. Haesbaert, R. Silveira, Carmen. *Abordagens Políticas da Espacialidade*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1983.

SOUZA, Marcelo Lopes. **Fobópole: o medo generalizado e a militarização da questão urbana**. Rio de Janeiro: Ed. Bertrand Brasil, 2008

VALLADARES, Licia. **Passa-se uma casa: Análise do programa de remoção de Favelas do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Zahar editores, 1978

This document was created with Win2PDF available at <http://www.win2pdf.com>.
The unregistered version of Win2PDF is for evaluation or non-commercial use only.
This page will not be added after purchasing Win2PDF.